

Informe de Política Externa Brasileira – Nº 531 03/02/2017 a 09/03/2017¹

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Correio Braziliense, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Mei

Equipe de revisão: Giovanni Sarto, Rúbia Áisa Marcondes da Fonseca, Taynara Martins Batista.

Equipe de redação: Guilherme Rocha Fabro, Mateus Casellato Baioni, Rodolfo Queiroz Sverzut, Taynara Martins Batista e Taís Caroline de Oliveira.

¹Nos dias 5, 6, 7, 8 e 9 de março não houve notícias de política externa brasileira.



Novo chanceler foi escolhido para dirigir o MRE

No dia 2 de março, o governo federal anunciou o então senador, Aloysio Nunes, para assumir o Ministério das Relações Exteriores. O senador, por meio das redes sociais, afirmou que a política externa pode dar uma grande contribuição para superar a crise, principalmente na área econômica, na área do comércio internacional e de investimentos, bem como declarou que dará nova vida ao Mercosul e buscará aproximar o bloco dos países da Aliança do Pacífico Ademais, Aloysio disse que a defesa da paz, da Justiça, do meio ambiente e dos direitos humanos são diretrizes da política externa brasileira (Folha de S. Paulo – Poder – 03/03/2017;Estado de S. Paulo – Política – 03/03/2017;Correio Braziliense – Política – 03/03/2017).

Brasil voltou a flexibilizar concessões de residência temporária

No dia 3 de março, o governo brasileiro retornou a autorizar a concessão de residência temporária para os cidadãos dos países limítrofes que não fazem parte do Mercosul. A resolução foi justificada após a administração de Michel Temer averiguar que o Ministério das Relações Exteriores não havia sido consultado na decisão de vetar tal direito de concessão (Folha de S. Paulo –Mundo – 04/03/2017).